# Governos Autoritários na Democracia Brasileira: Como o Ataque Golpista de 8 de Janeiro Começou em 2013

### Gizele Martins[[1]](#footnote-2)

## Introdução

O dia 8 de Janeiro ficou marcado em nossa história por um ato explícito de ataque às principais instituições democráticas brasileiras. O episódio de invasão na sede dos Três Poderes em Brasília foi diretamente influenciado pelo ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, que durante os quatro anos de seu mandato (2019-2022), em diversos discursos, incentivou a população a sair às ruas, inclusive armada, para defender a permanência e manutenção de seu projeto de governo e de país. Tal tentativa de golpe, levada a cabo no dia 8 de janeiro, encabeçada por Jair Bolsonaro e pelos setores das forças armadas mais próximos a ele, chegaram a reivindicar explicitamente um golpe militar contra o Estado Democrático de Direito Brasileiro.[[2]](#footnote-3)

Na história do Brasil, era inimaginável até então que ‘manifestantes’ conseguissem invadir a sede dos Três Poderes da República, o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e até o Supremo Tribunal Federal. Mas, com a visível conivência da polícia militar de Brasília, a atual capital do país foi sitiada: cerca de cem ônibus chegaram com quase quatro mil pessoas que desembarcaram na capital para tentar anular ou reverter os resultados das eleições.[[3]](#footnote-4) Na ocasião, vidraças foram quebradas, salas foram invadidas e documentos históricos do País foram destruídos. Os atos de 8 de janeiro em Brasília foram precedidos em quase todos os estados por ações de militares e extremistas que saíram às ruas e ocuparam a frente dos quartéis, pedindo a retirada de Luiz Inácio Lula da Silva do poder.[[4]](#footnote-5)

Ou seja, a partir do dia 8, mas também durante toda a primeira semana de janeiro, os atos foram se disseminando em todo o país. Em certo momento, pareceu mesmo que iríamos sofrer um novo golpe militar e que o novo governo, eleito democraticamente com muito esforço, estava em risco.

Fato é que tais atos golpistas já vinham se mobilizando nas redes sociais desde o resultado final das eleições, todos eles explicitamente incentivados por Bolsonaro. Os atos antidemocráticos questionavam, sem provas, os resultados do pleito presidencial encerrado em outubro de 2022, no qual Luiz Inácio Lula da Silva saiu vencedor com uma pequena margem.[[5]](#footnote-6)

Importante destacar que estamos falando da primeira semana após o término do (2023) governo de Jair Bolsonaro, durante o qual mais de 700 mil pessoas morreram pelo contágio da Covid-19. A catástrofe sanitária foi, em parte, resultado de um governo que veiculava inúmeras fake news sobre a pandemia, que não aprovou nem comprou as vacinas e nem mesmo prestou qualquer assistência ao povo brasileiro durante o período. Além da crise sanitária, a pandemia trouxe outras graves consequências, como o aumento da fome, do desemprego e diversos problemas sociais agravados pela crise e pela política austera e desumana do governo.

O governo de Bolsonaro utilizou de empresas de tecnologia para disseminar informações falsas, seja sobre a pandemia da Covid-19, seja para criminalizar os governos anteriores ligados ao PT, ou mesmo disseminar notícias falsas sobre o caso Marielle Franco, vereadora assassinada em 2018.[[6]](#footnote-7) De fato, analisando o histórico desse governo de extrema-direita, não poderíamos esperar uma atitude diferente diante da derrota nas eleições para o governo PT, que foi alvo de diversas fake news.

## Histórico: Manifestações de rua, criminalização de grupos da esquerda e avanço da direita nas ruas em 2013

No entanto, a mobilização golpista da direita não começou hoje. A análise que aqui empreendo parte da minha identidade e posição social. Sou moradora da favela da Maré e vivenciei os impactos das obras faraônicas dos megaeventos em minha própria comunidade. Além disso, desde adolescente trabalho como comunicadora social em favelas e, a partir de 2013, circulo por quase todas as favelas que foram removidas e desocupadas para construção das obras para as Olimpíadas e para Copa do Mundo, que sofreram ocupações militares ou que ‘receberam’ as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). Também estive nas diversas manifestações das 'Jornadas de Junho' em 2013, enquanto militante, jornalista e pesquisadora. Por isso, neste artigo, assim como nos escritos de Maria Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e tantas outras que sempre se posicionaram e escreveram enquanto moradoras da favela, sugiro a provocação como estratégia de análise dos movimentos de extrema-direita que começaram a se auto-organizar em 2013, ocupando e infiltrando-se em manifestações de esquerda, em espaços populares e em organizações de esquerda nas mais diferentes capitais do país.[[7]](#footnote-8)

Durante as disputas das eleições presidenciais de anos anteriores, passeatas e ‘panelaços’ organizados pela extrema-direita já vinham se tornando parte do cotidiano brasileiro. A mídia comercial,[[8]](#footnote-9) que se concentra nas mãos de 11 famílias ligadas a políticos e grandes empresários brasileiros, participou ativamente destes momentos, influenciando a população a se colocar contra as pautas levantadas pela esquerda. Exemplo disso foi a matéria publicada no *Portal G1* (pertencente ao grupo Globo, maior conglomerado de mídia do país) em 2015, com o título ‘Todos os estados e o DF têm protestos contra o governo Dilma - Atos deste domingo pediram a saída da presidente e fim da corrupção. Mais pessoas foram às ruas do que em abril, mas menos do que em março’.[[9]](#footnote-10)

Assim, lá em 2015, a mídia já reforçava insistentemente que a Presidenta Dilma era corrupta, mesmo sem quaisquer provas. Depois de muitos ataques à então Presidenta, a própria mídia brasileira ajudou a convocar a população para as manifestações que culminaram no golpe contra o governo petista. Um dos grandes exemplos desse esforço foram os ‘panelaços’ realizados todos os dias durante o noticiário do Jornal Nacional: a cada vez que se falava contra a Presidente Dilma no jornal de maior destaque da TV aberta, pessoas de todas as partes do país protestavam contra o governo brasileiro indo bater panelas em suas janelas.

Mas, para além da enxurrada de notícias falsas, acusações e ataques midiáticos da extrema direita aos governos do PT, devemos nos perguntar: por que os partidos de esquerda perderam tanto apoio popular? Foi a população influenciada pelas mídias comerciais que proferiram mentiras, muitas delas dizendo que se tratava de um governo corrupto, mesmo sem provas?

Para entender esse processo, volto a um recente período da nossa história, lembrando de alguns ataques (remoções, militarização, controle, gentrificação, despejos, etc) que esta população mais empobrecida passou durante os governos petistas. Defendo que o PT se afastou de sua verdadeira base, os movimentos populares, e que, hoje, é necessário reconquistar e reconstruir espaços de diálogo com esta população, que nos últimos anos desencantou-se com a política estatal-partidária.

## Contexto: os impactos históricos dos governos petistas nas favelas do Rio de Janeiro

Em 2023 a ‘Jornadas de Junho’ completam dez anos. Na época, inúmeros movimentos sociais tomaram as ruas das grandes capitais do Brasil.[[10]](#footnote-11) Iniciadas com o movimento estudantil *Passe Livre*, as manifestações convocaram a população a participar de atos públicos contra o aumento das tarifas das passagens de ônibus em São Paulo, se espalhando rapidamente pelo resto do país na medida em que iam absorvendo diversas outras pautas. No Rio de Janeiro, essas manifestações coincidiram com o período de preparação para inúmeros megaeventos esportivos no Brasil, em especial a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016).

Neste período, as favelas e periferias do Rio de Janeiro foram transformadas pelos projetos de urbanização que visavam preparar a cidade para os megaeventos esportivos. Foram mais de 50 favelas e comunidades removidas[[11]](#footnote-12) e outras 49 invadidas pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).[[12]](#footnote-13) Isto sem contar as ocupações urbanas localizadas na parte central da cidade que resultaram no despejo das populações precarizadas.

Naquela época, os movimentos sociais das favelas se juntaram às milhares de pessoas que já ocupavam as ruas lutando contra o aumento das tarifas de ônibus e de outros transportes públicos. A partir disso, as pautas, bandeiras e gritos entoados pelas principais avenidas e praças do centro da cidade deixaram de ser ‘só por 20 centavos’, passando a incluir outras demandas da população como: o direito à cidade; a luta contra o racismo; a humanização da segurança pública (que automaticamente envolveu o tema da UPP) e do sistema penitenciário; a desmilitarização da polícia e da área urbana; a defesa da educação e da saúde pública, dos direitos reprodutivos e da liberdade sexual.[[13]](#footnote-14) Estas e outras bandeiras continuam sendo levantadas pelas multidões que ainda ocupam as ruas do Centro do Rio.[[14]](#footnote-15)

O governo federal, estadual e municipal tentaram projetar na mídia a imagem de um Rio de Janeiro seguro. Apoiando-se nos discursos de ‘manutenção da ordem’, eles passaram a criminalizar e a reprimir as manifestações com o aumento do uso das forças policial nas ruas do Rio e, em especial, nas favelas. As UPPs foram estrategicamente colocadas nos espaços urbanos periféricos próximos aos megaeventos esportivos ou em pontos estratégicos, como aeroportos e as principais vias da cidade, nas áreas da Zona Sul e Norte.

Parte das favelas receberam reforço policial através das UPPs, outras foram ocupadas pelas Forças Armadas. Em 2014, um ano depois da Copa das Confederações,[[15]](#footnote-16) o Conjunto de Favelas da Maré,[[16]](#footnote-17) na Zona Norte do Rio de Janeiro, foi invadido pelo exército. A Maré é formada por 16 favelas com aproximadamente 132,000 habitantes. O exército no Rio de Janeiro, sob o comando do General Braga Netto,[[17]](#footnote-18) passou a dominar todo complexo com tanques de guerra e helicópteros. A partir deste momento, revistas constantes, prisões e assassinatos passaram a fazer parte do cotidiano em todo o território mareense.[[18]](#footnote-19)

Além disso, foi durante as grandes manifestações que estudantes, pesquisadores, defensores de direitos humanos e favelados passaram a questionar os altos gastos envolvidos na militarização da vida nos territórios negros e pobres. Essa, sem dúvida, virou uma grande pauta dos movimentos sociais que ocupavam as ruas do centro do Rio.

Os gastos com a operação de guerra no Rio de Janeiro foram exorbitantes. Dados do Diário Oficial da União mostram como a publicação de uma medida provisória,[[19]](#footnote-20) assinada pela então presidenta Dilma Rousseff, revelam que a mobilização de cerca de 2.500 militares (incluindo 200 policiais) foi mantida por um crédito extraordinário a favor do Ministério da Defesa no valor de R$ 5,1 bilhões de reais. Durante o período, o governo federal aumentou a dívida pública visando unicamente o controle das populações negras e periféricas.[[20]](#footnote-21)

No Brasil, os direitos civis tem servido historicamente aos interesses da elite, em favor da opressão povos negros, pobres e favelados. Por aqui, os direitos civis são sinônimos de militarização e controle dos corpos e dos territórios negros. Para quem vive nas favelas e nas periferias do Brasil, os termos ‘pacificação’, ‘polícia’, ‘exército’, ‘tanques’ e ‘caveirões’[[21]](#footnote-22) são eufemismos para controle, militarização e criminalização da pobreza. Para o filósofo camaronês Achille Mbembe, esta é uma forma de controle que tem suas raízes na colonização:

(...) ‘política neste caso, não o avanço de um movimento dialético da razão. A política só pode ser traçada como uma transgressão em espiral, como aquela diferença que desorienta a própria ideia do limite. Mais especificamente a política é a diferença colocada em jogo pela violação do tabu.[[22]](#footnote-23)

Não por acaso, em um período de um ano e cinco meses, entre 2014 e 2015, o exército efetivamente ocupou a Maré, na proporção de um soldado para cada 53 moradores (2,500 militares para 132,000 moradores).[[23]](#footnote-24) No entanto, alguns anos depois, em 2020, em um momento de grave crise sanitária, durante a pandemia da COVID-19, estes mesmos moradores não contaram com pelo menos um médico ou enfermeiro para cada 53 moradores.

Em 2016, foram realizados no Rio de Janeiro os Jogos Olímpicos, trazendo obras faraônicas em toda a cidade, muitas delas abandonadas logo após a realização do megaevento. Até hoje, as linhas de ônibus do BRT na Avenida Brasil (principal via de acesso da cidade, fundamental para o trânsito das populações que vivem nas periferias da cidade), que foram prometidas ainda naquela época, continuam sem previsão de término. Neste período, as manifestações estavam um pouco mais enfraquecidas devido à forte repressão comandada pelo governo e realizada pelos militares e forças policiais nos anos anteriores, que resultou na prisão de 23 ativistas cariocas.

Talvez seja justamente por causa da forte criminalização dos movimentos sociais entre 2014 e 2016 que o debate saiu das avenidas centrais das grandes cidades e ganhou espaço nas escolas municipais, estaduais e nas universidades públicas em todo o Brasil, onde surgiram inúmeras ocupações e greves estudantis. Já os sindicatos mobilizaram e realizaram os seus próprios atos em busca de melhores salários e direitos trabalhistas. Além disso, as praças públicas em diferentes pontos de diversas cidades, encontravam-se ocupadas com as mais diversas atividades culturais e comunitárias.

Como visto acima, foi durante o governo PT que várias favelas literalmente sumiram do mapa do Rio de Janeiro, enquanto outras sofreram um processo de gentrificação. Neste período, o governo PT, historicamente associado aos mais diversos movimentos populares, adotou uma política autoritária, recusando-se ao diálogo aberto com a população.

Paradoxalmente, durante o governo PT, pela primeira vez em nossa história, elaborou-se um conjunto de políticas públicas inclusivas voltadas às populações empobrecidas, como por exemplo a implementação das cotas nas universidades públicas, o programa Bolsa Família, além de outras políticas de moradia popular. A população pobre das favelas e periferia foram ao mesmo tempo, incluídas nas políticas públicas redistributivas e inclusivas, e excluídas de seus tradicionais territórios urbanos por meio de remoções compulsórias, políticas de repressão e de criminalização, além de sofrerem com os efeitos das reformas urbanas que resultaram na gentrificação dos espaços favelados.

Talvez, aqui, possamos refletir sobre a falta de apelo popular em favor do PT durante o processo de golpe contra o governo da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e a subsequente eleição de Jair Bolsonaro em 2018, que contou com expressiva votação popular.

## Conclusão: Governos autoritários na democracia de ontem e hoje podem ter influenciado no Brasil atual e como evitar um novo 8 de janeiro?

A efervescência das ruas em 2013 catalisou diversas outras manifestações, ações comunitárias, debates públicos, trabalhos educacionais, sem contar o número de manifestações dentro e fora das favelas por causa dos impactos diretos e indiretos das políticas autoritárias sobre esses territórios marginalizados.

Nesta época, as disputas políticas e partidárias entre manifestantes eram enormes. Com isso, a direita também passou a ocupar as ruas, disputando esse espaço com os tradicionais movimentos de esquerda, e crescendo cada vez mais. Ou seja, em um momento em que as manifestações de esquerda passaram a ser criminalizadas, as de direita se multiplicavam, ocupando cada vez mais espaços públicos. Os conservadores aproveitaram-se da oportunidade para ir às ruas com as caras pintadas de verde e amarelo, opondo-se ao governo PT, às manifestações de esquerda e defendendo a volta das forças militares ao poder.

Acredita-se que a presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) teve uma grande oportunidade de acolher os manifestantes, estudantes, profissionais da educação e outros, assim como a oportunidade de acolher as reivindicações dos favelados que lutavam contra as remoções e a militarização. Acolher no sentido de ouvir as demandas, de entender as manifestações como livre expressão e incorporar as demandas da população empobrecida nas pautas de seu governo. Mas ocorreu o contrário. Três anos após o início das manifestações, o governo continuou a reprimir os protestos, alegando que as manifestações alinhavam-se com as demandas da direita, o que afastou e enfraqueceu os movimentos sociais que estavam apenas lutando pela vida, dignidade e direitos nas ruas.[[24]](#footnote-25)

Neste texto, pensamos o 8 de janeiro a partir de reflexões históricas de quem esteve nas ruas protestando contra as opressões que os favelados estavam vivenciando naquele momento, percebemos que o fortalecimento da direita nas ruas iniciou-se em 2013, quando houve a criminalização dos movimentos sociais que se opunham às obras faraônicas e à repressão dos espaços favelados. Essa postura autoritária dos governos petistas enfraqueceu e desarticulou a esquerda nas ruas, favorecendo a emergência de um movimento popular de direita e colocando em dúvida a capacidade dos partidos de esquerda de representar o povo.

Ao calar os movimentos sociais populares, abriu-se as portas para a extrema direita que, aos poucos, foi tomando as ruas para, em 2018, chegar ao planalto. Ao adotar uma postura autoritária e se fechar ao diĺogo com sua base, os movimentos populares e as populações empobrecidas, o PT perdeu apoio nas ruas, sofrendo assim um golpe parlamentar em 2016 e, dois anos depois, perdendo a eleição para Jair Bolsonaro.

Diante disso, é importante refazer e fortalecer as alianças políticas entre o PT e os diversos movimentos sociais, comunitários, culturais, para que, daqui a quatro anos, a história não se repita e a direita ou extrema-direita, que tem o próprio povo como o seu inimigo, não volte ao poder. O diálogo com os movimentos sociais e com as minorias é essencial no combate à política que tem como principal modelo de atuação o uso das plataformas digitais e fake news. Esta população que sempre sofreu com a ausência de políticas públicas, que foi sempre calada, é justamente a que mais sofreu durante o governo de Jair Bolsonaro, sofreu com o aumento da fome, do desemprego, além das inúmeras outras consequências e sequelas que nos acompanharão ainda por muitos anos ainda.

O 8 de janeiro ficou marcado na história, mas é necessário nos assegurar que não se repita. A partir de minha posição histórica e social, defendo o diálogo entre o governo, a população e os movimentos sociais como melhor estratégia para evitar que esta triste história se repita. É necessário incorporar ao governo a voz daqueles que têm sido historicamente calados, invisibilizados. É preciso envolver as vozes dissonantes da esquerda em um projeto de governo voltado aos mais desfavorecidos, ao invés de torná-los inimigos, o que a direita já desde sempre fez de forma repugnante e exploradora. Para isso, precisamos democratizar as mídias comunitárias, promover e incentivar as ações e as expressões culturais e populares em todo o país, criando formas de participação autênticas. 8 de janeiro não pode mais se repetir, precisa manter-se na memória para que nunca mais voltemos a temer a perda do que ainda nos resta de democracia!

## **Bibliografia**

Bergamini, Guilherme. ‘Mídia brasileira é controlada por apenas 11 famílias’, *FNDC*, 17 setembro 2015, http://www.fndc.org.br/noticias/midia-brasileira-e-controlada-por-apenas-11-familias-924625/.

Brasil, Casa Civil. *Lei nº 12.035, Adotada em 1º de Outubro de 2009,* 2009, http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2007-2010/2009/lei/l12035.htm.

G1. ‘Todos os estados e o DF têm protestos contra o governo Dilma’, *Portal G1*, 16 agosto 2015, https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/manifestantes-protestam-contra-o-governo-dilma-em-cidades-do-brasil.html.

G1. ‘Ataques em Brasília: quem quebrou, quem bancou, quem incitou e como agiram as forças de segurança’, *Portal G1*, 13 janeiro 2023, https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/13/ataques-em-brasilia-quem-quebrou-quem-bancou-quem-incitou-e-como-agiram-as-forcas-de-seguranca.ghtml#.

Instituto Pacs. *Militarização do Cotidiano: Um legado olímpico,* Rio de Janeiro: Instituto Pacs,2017, http://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Militarizac%CC%A7a%CC%83o-do-Cotidiano-Um-legado-oli%CC%81mpico.pd.f

OCidadão, https://jornalocidadao.net/sobre/.

Mbembe, Achille. ‘Necropolítica’*, Trad: Renata Santini, Arte & Ensaios* 32(Dezembro, 2016): XX-XX.

Martins, Gizele. ‘A favela, os megaeventos e as manifestações no Rio de Janeiro’, *O Cidadão,* 17 novembro 2013, https://jornalocidadao.net/a-favela-os-megaeventos-e-as-manifestacoes/.

\_\_\_\_\_\_. *Militarização e Censura: A luta por liberdade de expressão na Favela da Maré*, Rio de Janeiro: NPC, 2018.

1. Gizele Martins é ……..E-mail: gizelemartins@ufrj.br. [↑](#footnote-ref-2)
2. Francisco Carlos Teixeira da Silva e Karl Schurster, *Como (não) fazer um golpe de estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro de 2023,* Recife: Editora Universidade de Pernambuco, 2023. [↑](#footnote-ref-3)
3. ‘[Mais de 1,4 mil bolsonaristas radicais estão presos](https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/11/cnj-diz-que-ha-1418-presos-por-ataques-as-sedes-dos-tres-poderes.ghtml) no DF após os ataques, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Pouco mais de 200 foram detidos em flagrante, ainda durante o quebra-quebra, e o restante no acampamento golpista instalado em frente ao Quartel-General do Exército, já na segunda-feira (9). Os homens presos foram levados para o Complexo da Papuda. As mulheres, para a Penitenciária Feminina do DF, conhecida como Colmeia. (...) A Advocacia-Geral da União (AGU) identificou [52 pessoas e sete empresas](https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/12/agu-identifica-52-pessoas-e-7-empresas-que-financiaram-atos-golpistas-e-pede-bloqueio-de-r-65-milhoes.ghtml) suspeitas de terem financiado a manifestação golpista e pediu o bloqueio de R$ 6,5 milhões em bens. Segundo as investigações, o grupo bancou os ônibus que transportaram os bolsonaristas radicais e os custos do acampamento em frente ao QG do Exército.’ G1. ‘Ataques em Brasília: quem quebrou, quem bancou, quem incitou e como agiram as forças de segurança’, *Portal G1*, 13 Janeiro 2023, https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/13/ataques-em-brasilia-quem-quebrou-quem-bancou-quem-incitou-e-como-agiram-as-forcas-de-seguranca.ghtml# [↑](#footnote-ref-4)
4. Ana Clara Costa, ‘A teia do Golpe de 8 de Janeiro’, *Piauí* 201 (Junho 2023), https://piaui.folha.uol.com.br/materia/teia-do-golpe/. [↑](#footnote-ref-5)
5. TV Cultura, ‘Campanha de Bolsonaro apresenta documentos que comprovariam tese de fraude eleitoral’ YouTube video, 3:28, 25 outubro 2022, https://www.youtube.com/watch?v=jKfQa5AmpYU. [↑](#footnote-ref-6)
6. Patrícia C. Mello, *A máquina do ódio: Notas de uma repórter sobre Fake news e violência digital*, São Paulo: Companhia das Letras, 2020. [↑](#footnote-ref-7)
7. Breno Altman and Maria Carlotto (eds), *Junho de 2013: A rebelião fantasma,* São Paulo: Boitempo, 2023. [↑](#footnote-ref-8)
8. ‘Apenas 11 famílias controlam os principais meios de comunicação brasileiros. Além disso, 25% dos senadores e 10% dos deputados são donos de concessões de rádio e televisão. Guilherme Bergamini, ‘Mídia brasileira é controlada por apenas 11 famílias’, *FNDC*, 17 setembro 2015, http://www.fndc.org.br/noticias/midia-brasileira-e-controlada-por-apenas-11-familias-924625/ [↑](#footnote-ref-9)
9. G1, ‘Todos os estados e o DF têm protestos contra o governo Dilma’, Portal G1, 16 de Agosto de 2015, https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/manifestantes-protestam-contra-o-governo-dilma-em-cidades-do-brasil.html [↑](#footnote-ref-10)
10. As manifestações de 2013 reuniram movimentos de favelas que lutavam contra as remoções forçadas, contra a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora dentro de 50 favelas, contra o aumento das passagens, além de diversos outras bandeiras de lutas, assim como a reivindicação pelo aumento do salário de professores de escolas públicas, melhoria na saúde etc. [↑](#footnote-ref-11)
11. As favelas foram removidas para dar lugar a instalações esportivas e ‘sanear’ a cidade para visitantes estrangeiros, aproveitou-se a ocasião para um gigantesco remanejamento urbano. [↑](#footnote-ref-12)
12. Instituto Pacs, *Militarização do Cotidiano: Um legado olímpico,* Rio de Janeiro: Instituto Pacs,2017, http://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Militarizac%CC%A7a%CC%83o-do-Cotidiano-Um-legado-oli%CC%81mpico.pdf. [↑](#footnote-ref-13)
13. ‘Desde junho de 2013 as ruas do Rio de Janeiro e de diversos estados do Brasil começaram a ser ocupadas por grandes manifestações, no início, a pauta era pelo não aumento das passagens. Várias cidades do país estavam sofrendo com mais uma ação do Estado e dos donos das empresas de ônibus, em aumentar os valores das passagens sem oferecer qualquer condição para que estes meios pudessem ter melhorias. Pelo contrário, passagens mais caras, cobradores sem emprego, motoristas além de dirigir precisam hoje fazer cobranças das passagens e sem contar nos ônibus que não têm nenhuma estrutura para atender os cidadãos.’ Gizele Martins, ‘A favela, os megaeventos e as manifestações no Rio de Janeiro’, *O Cidadão*, 17 de novembro de 2013, https://jornalocidadao.net/a-favela-os-megaeventos-e-as-manifestacoes/. [↑](#footnote-ref-14)
14. ‘Por isto, a ideia de que 'Não são só pelos 20 centavos'. Outros movimentos sociais começaram a colocar nos cartazes, nos gritos e nas intervenções dos carros de som outras demandas da população. E, hoje, outras bandeiras também são levantadas pelas multidões que ainda ocupam as ruas do Centro do Rio: segurança pública, que automaticamente envolve o tema da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), além da desmilitarização da polícia; remoções; direito à cidade; educação; saúde; liberdade sexual e sistema penitenciário’. Gizele Martins, ‘A favela, os megaeventos e as manifestações no Rio de Janeiro’. [↑](#footnote-ref-15)
15. Copa das Confederações FIFA ou Taça das Confederações FIFA, foi um torneio de futebol organizado pela Federação Internacional de Futebol entre seleções a cada quatro anos. Em 2013 e 2014 foi realizada no Rio de Janeiro, no Brasil. [↑](#footnote-ref-16)
16. Maré, um conjunto de 16 favelas, oficialmente conhecido como Conjunto de Favelas da Maré, está localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro. São mais de 132 mil moradores espalhados pelas 16 favelas segundo o Censo Maré 2000. As favelas que formam todo o conjunto são: Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Parque Maré, Nova Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz, Parque União, Conjunto Esperança, Conjunto Pinheiros, Vila do Pinheiro, Vila do João, ‘Salsa e Merengue’, Marcílio Dias, Roquete Pinto, Praia de Ramos, Bento Ribeiro Dantas e Mandacaru. (Martins, 2018, p 32) [↑](#footnote-ref-17)
17. Durante o governo de Bolsonaro, o General Braga Netto foi Ministro da Defesa, muito devido ao seu envolvimento como interventor de segurança pública durante o ano de 2018 no Rio de Janeiro. Na última eleição presidencial, ele foi vice na chapa de Bolsonaro. [↑](#footnote-ref-18)
18. O termo mareense foi inventado pelo jornal *O Cidadão* com a ideia de fazer com que os moradores se afirmassem como parte da favela. O Jornal *O Cidadão* é um projeto da ONG Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), situado na Praça dos Caetés, nº7, Morro do Timbau, na Maré. *Jornal Cidadão*, https://jornalocidadao.net/sobre/. [↑](#footnote-ref-19)
19. Brasil, Presidência da República, *Medida Provisória 642/2014, Diário Oficial da União,* Publicada em 22 de abril de 2014, https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\_mostrarintegra?codteor=1264174&filename=MPV%20642/2014. [↑](#footnote-ref-20)
20. Gizele Martins, *Militarização e Censura: A luta por liberdade de expressão na Favela da Maré*, Rio de Janeiro: NPC, 2018, p. 41. [↑](#footnote-ref-21)
21. ‘Caveirões’ são carros blindados da Polícia Militar do Rio de Janeiro utilizados dentro das favelas e periferias do Rio de Janeiro. Os carros blindados foram apelidados de caveirão pelos moradores de favelas, pois o logotipo da polícia especial (BOPE) exibido nestes carros é uma caveira. [↑](#footnote-ref-22)
22. Achille Mbembe, ‘Necropolítica’*, Trad: Renata Santini, Arte & Ensaios* 32 (Dezembro, 2016)*,* p. 16. [↑](#footnote-ref-23)
23. 'No primeiro dia, 5 de abril de 2014, de acordo com reportagem do jornal O Globo, as forças armadas chegaram com tanques. Foram empregados na Força de Pacificação da Maré 1.900 militares do Exército (Brigada de Infantaria Paraquedista), 400 da Marinha (Corpo de Fuzileiros Navais) e 200 da PM'. Martins, *Militarização e Censura: A luta por liberdade de expressão na Favela da Maré.* [↑](#footnote-ref-24)
24. No que diz respeito à propriedade industrial e intelectual, atribuiu ao governo federal a obrigatoriedade de controlar, fiscalizar e reprimir quaisquer atos que infringissem os direitos de exploração comercial dos símbolos, expressões idiomáticas e produtos associados aos Jogos. No tocante aos contratos prévios de concessão pública, autorizou a administração pública federal a rompê-los unilateralmente, se de interesse fosse do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos. Isso incluía a concessão de espaços publicitários nos aeroportos e demais áreas convenientes ao COI e seus parceiros comerciais. A lei previa, ainda, a inclusão de uma ressalva nos contratos futuros de concessão pública, com o mesmo fim. Outro dispositivo do Ato Olímpico estabelecia a necessidade de observância das regras da Agência Mundial Antidoping, COI e CPI, garantindo sua prevalência em caso de conflito com a legislação nacional. Ademais, assegurava a provisão gratuita, ao Comitê Organizador dos Jogos, de serviços públicos tais como saúde, segurança, vigilância sanitária, alfândega e de frequência de radiodifusão. Para além dessas garantias expressas em seu texto, a Lei 12.035/2009 previu, ainda, a edição, pelo governo brasileiro, de 'normas complementares que se façam necessárias para a realização dos Jogos Rio 2016' e o suporte, com recursos públicos, de 'eventuais défices operacionais do Comitê Organizador [...] a partir da data de sua criação'. Brasil, Casa Civil, *Institui o Ato Olímpico.* Lei nº 12.035, Adotada em 1º de Outubro de 2009, http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2007-2010/2009/lei/l12035.htm. [↑](#footnote-ref-25)